

# Preconceito e Inclusão

## JOSÉ LEON CROCHÍK

Livre-docente em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), professor do Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano do Instituto de Psicologia da USP. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

**RESUMO** O objetivo deste ensaio é refletir sobre o atual movimento de inclusão social, sobretudo o de inclusão escolar, e um de seus obstáculos: o preconceito. Esse é pensado em três de suas formas – falsa aceitação, hostilidade e frieza; essas formas são associadas a conceitos freudianos como os de formação reativa e identificação e com mecanismos sociais, tais como a segregação e a marginalização. A determinação social do preconceito, existente no sistema capitalista, é considerada por meio da redução da experiência à vivência. Ao fim, são indicados alguns elementos para a superação do preconceito.

**PALAVRAS-CHAVE** Preconceito, inclusão, identificação.

**ABSTRACT** The aim of this essay is to offer some insights on both the current movement for social inclusion, particularly the inclusion in school, and one of his obstacles: prejudice. This is examined in three ways – false acceptance, hostility and coldness that are associated with Freudian concepts such as reactive formation and identification and with social mechanisms, such as segregation and marginalization. Prejudice social determination, in the capitalist system, is considered by means of the possibility of experience and its restriction. At the end of this text some elements for overcoming prejudice are indicated.

**KEYWORDS** Prejudice, inclusion, identification.

**O OBJETIVO DESTES ENSAIO É EXAMINAR A PERMANÊNCIA DO PRECONCEITO NO atual movimento de inclusão social, e, sobretudo, da inclusão escolar, que se fortaleceu a partir da década de 1990. Desde já, é importante realçar que o apontamento de obstáculos à inclusão – tal como a existência do preconceito – não implica ser desfavorável a ela, ao contrário, pretende-se propor a superação dos obstáculos para que ela seja plena, mas, para isso, há de reconhecê-los. Não partilhamos nem da posição que julga impossível haver a convivência pacífica entre os homens e nem da que julga que a ideologia, presente em sua defesa, seja unicamente falsa; essa convivência revela um sonho humano e, como tal, possível de ser realizado quando as sementes do pesadelo não forem mais plantadas. O texto será exposto por meio de fragmentos.**

## O preconceito e sua vítima

Conforme a pesquisa de Theodor W. Adorno et al. (1950) e a de José Leon Crochík (2004) indicam, o preconceito não tem relação direta e imediata com a vítima, mas com quem não consegue deter o ódio a si mesmo e à sua condição social e psíquica, dirigindo-o para outros grupos e pessoas; esse ódio é marca do preconceituoso, mesmo que apareça em suas formas aparentemente mais inofensivas: o desprezo e a indiferença. Como o preconceito tem relação com necessidades psíquicas, uma pessoa que tem preconceito contra o judeu tende a tê-lo também em relação ao negro, às pessoas com deficiência, enfim, às minorias, cuja existência representa fragilidade e, paradoxalmente, felicidade.

Certamente, o preconceituoso precisa justificar a perseguição a seus alvos, e para isso reduz características que um grupo obteve historicamente à natureza.<sup>1</sup> O fato de

os judeus, por exemplo, segundo Hannah Arendt (1979) e Max Horkheimer e Theodor W. Adorno (1985), terem sido confinados por séculos à esfera do comércio, por lhes ser vedado o acesso a outras possibilidades de sobrevivência, é interpretado pelo preconceituoso como sendo o judeu naturalmente voltado aos interesses materiais. Dessa forma, não é o alvo que leva a justificar o preconceito, mas algo que é atribuído ao judeu pelo preconceituoso. Esse algo pode ser inteiramente inventado ou deformado. Como o referido movimento de inclusão escolar, assim como o que o engloba – a inclusão social – defende a convivência entre as diversas minorias e entre elas e os que são julgados como pertencentes à maioria, o preconceito é, como assinalado antes, um de seus obstáculos. Pesquisas das últimas décadas têm mostrado que a forma de expressão do preconceito tem se alterado. No início do século passado, havia o preconceito flagrante, pelo qual o ódio se exprimia diretamente; mais recentemente, devido também ao combate ao preconceito, ele assume formas mais sutis (MERTEENS; PETTIGREW, 1999). Em vez de atribuir aspectos depreciativos a seus alvos, os preconceituosos elogiam menos os que intimamente desprezam. Aliás, o desprezo também se encontra na pior forma de preconceito: a frieza, sobre a qual mais à frente nos deteremos.

Como o preconceito é um fenômeno que tem raízes sociais e implicações psicológicas, daremos ênfase neste texto aos determinantes sociais e psíquicos. Para pensarmos o convívio social pacífico entre os homens, como já exposto, serão fundamentais os trabalhos dos frankfurtianos, entre eles Theodor W. Adorno, Max Horkheimer e Walter Benjamin, e o trabalho de Sigmund Freud.

O fenômeno do preconceito não deve ser reduzido às determinações psíquicas; assim, não é possível pensar o antisemitismo somente pelo ódio dire-

cionado ao judeu: há de se marcar suas entranhas históricas; sem a compreensão dos mecanismos psíquicos, contudo, esse ódio fica sem referência real e conceitual. Não vamos, no entanto, nos ater a uma minoria em específico para estabelecer sua relação com o movimento da sociedade, mas apresentar determinações sociais ou psíquicas que julgamos dizer respeito a todos os tipos e formas de preconceito.

### Preconceito compensatório

A primeira relação a ser feita entre os dois termos que intitulam este texto – preconceito e inclusão – é a de oposição: o preconceito é contrário à inclusão. Numa sociedade contraditória como a nossa, no entanto, o preconceito pode favorecer determinado tipo de inclusão e a inclusão pode favorecer o preconceito. O preconceito arraigado e oculto à própria pessoa que o desenvolveu pode levar à ambiguidade de sentimentos frente a seu alvo, que deveria ser aceito, respeitado, mas que no íntimo sabe que não o é. Assim, como uma maneira de ocultar ainda mais de si mesmo essa não aceitação do outro, exagera-se a defesa do que é hostilizado, forçando a sua inclusão em um grupo do qual o preconceituoso julga, sem poder afirmar manifestamente, que não deveria tomar parte.

Essa ambiguidade em relação às pessoas, aos bens materiais, ao que é próprio à cultura é, segundo a psicanálise, algo próprio da socialização, que nos impele a apreciar o que na melhor das hipóteses é, para nós, indiferente (FREUD, 1986). Passamos a ter de atribuir valor favorável ao que não nos diz respeito, ao que não tem significado a não ser por intermédio de outrem. Desde cedo, as crianças aprendem que devem seguir o que as autoridades lhes orientam, e que se isso não for feito, algo de grave pode acontecer. De fato, o medo é a base de nossa formação: caso não ajamos como nossos

pais gostariam, tememos perder seu amor e, com isso, a defesa que temos contra a sua própria violência: tememos ser destruídos. Se a relação com os objetos tem por base a ameaça e o medo, ela não é espontânea e, certamente, esses objetos que antes poderiam ser indiferentes podem se tornar alvos de ódio. Nesse caso, não se odeia o objeto por características suas, e sim porque somos obrigados a aceitá-lo e a nos relacionar com ele.

O modelo que incorporamos de apreciarmos algo, apesar de nos ser indiferente ou desagradável, nos força a exagerarmos o apreço. Theodor W. Adorno e George Simpson (1986), em sua análise sobre a música popular estandardizada, evidenciam como as pessoas se tornam fanáticas por composições às quais não atribuem nenhum valor estético: quanto mais detestam a música, mais são obrigadas – e se obrigam – a dela gostar, tendo em vista a pressão social presente nos movimentos de massa. Esse mecanismo se aproxima do que a Psicanálise nomeia de formação reativa.

Assim, muitas vezes, a defesa da inclusão pode não significar ausência de preconceito, mas uma forma de negá-lo e realizá-lo de outra maneira. Para a discussão sobre a educação inclusiva isso não é de menor importância, uma vez que se os educadores, os alunos e os funcionários de uma escola forem obrigados a aceitar os alunos que pertencem a minorias às quais se volta esse tipo de educação, e nutrirem preconceito em relação a elas, dificilmente teremos um bom resultado. Mais do que isso, parcela dos que defendem a inclusão escolar pode também estar agindo sob a forma do exagero compensatório e se isso acontece, mais cedo ou mais tarde, essas minorias se tornarão suas vítimas.

### Preconceito e Idealização

Os motivos que nos dão, quando somos crian-

ças, para respeitarmos, admirarmos e gostarmos de adultos ou para termos determinados comportamentos, em geral, são externos às pessoas; dizem respeito à boa educação, à convivência. Mas se os adultos, sobretudo as autoridades, estimulam que determinados comportamentos devem ser valorizados, outros, em contrapartida, nos ensinam – direta ou indiretamente – que devemos desprezar. Uns e outros são apreciados ou depreciados independentemente da experiência. Assim, a idealização positiva ou negativa permeia as relações entre os indivíduos. Grosso modo, são reações preconceituosas: dada a obrigatoriedade de aceitação e de não aceitação, mesmo o afeto que incluem não é verdadeiro.

Na identificação, a idealização também está presente e nos identificamos com alguém mediados por nossos desejos, que não são independentes das expectativas incorporadas dos adultos: desejamos através de seu ‘olhar’ incorporado. A identificação com as pessoas próximas, no entanto, permite a experiência que combate a idealização: os outros não são quem nós gostaríamos que fossem e nós não somos obrigados a ser o que os outros querem, e nisso há um tanto de liberdade. A identificação também anuncia a possibilidade de em cada particular encontrar o que é universal; ao contrário da idealização, que não é acompanhada da experiência, essa experiência é fundamental para que o que é comum a todos – a possibilidade de representar diversamente o que é ser humano – seja constituído. Pois em cada particular, a diferença enuncia outra possibilidade de ser, o que fortalece a individualização e a sociedade.

Ao longo da socialização, as idealizações são incentivadas; as identificações, não. As idealizações são identificações à distância; sem a experiência não são propriamente identificações. Na idealização, os indivíduos são excluídos da própria experiência, o que não deixa de ser uma forma de pre-

conceito, pois os desejos, as fantasias e as expectativas antecedem o contato com os outros. Se a identificação é negada, o desejo de ser como o outro para depois dele se diferenciar também o é, assim como a possibilidade de um universal constituído pela diversidade humana; em seu lugar, aparece a necessidade de ser igual ao que se (im)põe de forma abstrata. O que é abstrato, externo a nós, se torna concreto e familiar, o que é concreto e próximo se torna distante e estranho.

Pelo que foi dito até aqui, pode-se afirmar que o preconceito pode levar também à inclusão, mas à inclusão de seres idealizados. A inclusão, por sua vez, também pode, por vezes, gerar violência. Temos dificuldades em nos relacionar com pessoas idealizadas; quando essas não correspondem à idealização podem gerar hostilidade, pois desequilibra o conceito formulado que permitia amenizar o medo frente ao desconhecido. Segundo Max Horkheimer e Theodor W. Adorno (1985), o medo frente ao desconhecido gera a tendência a dominar esse desconhecido a partir da atribuição de regularidade aos seus comportamentos; quando essa regularidade, que o preconceituoso percebe em seu objeto, é posta em questão, outras formas de dominação devem aparecer para enfrentar o medo, não raro como violência imediata. Desse modo, se o preconceito já é, em si mesmo, violência, quando ele é negado, e o que o gera – o medo – não é elaborado, outras formas de violência podem surgir.

### Idealização Negativa

O preconceito como forma de defesa frente ao medo do desconhecido pode ocorrer também por meio da hostilidade imediata, que é permeada por uma ‘idealização’ negativa, a oposta à explicitada antes. Um indivíduo diferente põe em questão a própria constituição pessoal do preconceituoso. Se

o conceito de narcisismo está presente em todas as formas de preconceito, nessa, ele se exprime como ‘narcisismo das pequenas diferenças’. Sigmund Freud (1986) enuncia isso da seguinte forma: somente com um inimigo comum, um grupo se une estabelecendo suas identificações. Um alvo em comum pode canalizar a hostilidade de vários indivíduos que se identificam entre si justamente por esta hostilidade. Uma criança imigrante pode ser estranha para seus colegas se esses não tiverem alguns elementos que reconheçam nessa criança para se identificar. Os alunos regulares podem não se relacionar com um aluno com deficiência intelectual, ou até hostilizá-lo, se esse não apresentar elementos para identificação.

Ocorre que se pela idealização, já discutida, não se percebe o que há de diferença naqueles que parecem ser iguais, o mesmo ocorre com aqueles que ou idealmente são tidos como diferentes, ou com aqueles que são diferentes: nesses é difícil perceber a igualdade. Incluir em um lugar ou em uma situação argumentando que todos devem ser idealmente iguais pode propiciar o preconceito.

### Inclusão e Exclusão

O termo ‘inclusão’ apresenta, em nosso meio, algumas controvérsias. Bader Sawaia (2006) o define em conjunto com seu antônimo ‘exclusão’, num par dialético. José de Souza Martins (1997) entende que a discussão sobre inclusão/exclusão contém uma falsa questão, pois só existe inclusão precária, marginal. De fato, o sistema capitalista, ou mais amplamente, a sociedade administrada, a tudo inclui, a todos integra: nada pode ficar de fora, porque o que está fora gera medo, daí que os diferentes são reduzidos aos conceitos prévios, o que ocorre no preconceito. Em termos econômicos, o exército industrial de reserva – a legião de

desempregados procurando emprego – tem função importante: regula o preço da mercadoria humana – a força de trabalho; em uma sociedade funcional, nada existe que não tenha função. Por mais precárias que sejam as condições de vida desses trabalhadores, estão marginal e precariamente incluídos.

O sistema de direitos associado à saúde, à previdência social, à educação e à justiça se torna cada vez mais universal e ninguém tem mais o ‘direito’ de não ter saúde, de não estudar, de não ter auxílio da previdência e de não ter um advogado constituído. Essa sociedade integral, de tempo e espaço integrais, contudo, integra desintegrando. Só é integrável o que não resiste; assim, quem é incluído não é necessariamente o indivíduo, mas sua negação, dada pela adaptação exigida: para sobreviver, deve-se negar os desejos, os princípios (ADORNO, 1991). Assim, no mesmo ato de inclusão, a exclusão se apresenta. Dessa forma, a controvérsia entre Bader Sawaia (2006) e José de Souza Martins (1999) é inexistente: todos são incluídos, porque quando o são, são excluídos.

Visto de outra forma, se a educação, a saúde, a previdência e a justiça se tornam universais, elas o são desde que precárias para a maior parte da população, ou não existe saúde, educação e justiça distintas para pobres e ricos? Para Theodor W. Adorno (2004), quase não há mais distinção entre pobres e ricos nos países desenvolvidos no que se refere às características psicossociais, mas continua a haver distinção entre os que detêm e os que não detêm os meios de produção social. A formação, antes possível a uma pequena parcela da população, ao se ampliar para todos torna-se pseudoformação, pois não há formação verdadeira que possa conviver com a injustiça social. A saúde para todos, segundo esse autor, é saúde para a morte; Theodor W. Adorno (1975) retorna à questão freudiana: de que adianta ter uma vida mais longa se ela perdeu

substancialmente o prazer? Tudo deve ser evitado para se manter a vida, mas o que é evitado é uma vida digna de ser vivida. Mesmo a liberdade sexual alcançada, que deveria possibilitar a felicidade, foi somente liberdade da realização do ato sexual, mas não da pulsão sexual: o sexo foi liberado, seu caráter subversivo, não (ADORNO, 1969).

E a educação inclusiva e as quotas para empregos para pessoas com deficiência também excluem? Antes de tentar responder essa questão, caberia salientar que a universalização da educação, da saúde, da previdência, da justiça e da liberdade sexual também é importante; é efetivamente parte do progresso. Não é de pouca importância que o Sistema Único de Saúde seja para todos, que a escolarização atenda a quase todas as crianças e jovens, que a previdência também atenda as pessoas do campo. Da mesma forma, a educação inclusiva e as quotas para emprego são modalidades importantes para uma sociedade que pretenda ser justa. Devemos, contudo, perguntar se essas formas de inclusão propõem efetivamente igualdade de oportunidades e condições aos cidadãos para que os obstáculos existentes possam ser superados. As críticas que podem e devem ser feitas não devem significar a negação dessas modalidades.

Se a igualdade de condições de vida para todos deve ser o objetivo, as condições a serem oferecidas para os indivíduos para atingi-la são distintas; os que têm deficiência visual, auditiva, física ou intelectual precisam de recursos distintos para fazer atividades escolares e para o trabalho, o que os indivíduos sem deficiência não precisam. Como se trata também da cidadania e um dos direitos do cidadão é o de deslocamento, deve-se enfatizar que as cidades devem ter meios adequados para que todos possam circular sem correr riscos; o mesmo cabe dizer sobre as diversas instituições existentes. Não há como falar em inclusão na escola se não

há banheiros adaptados para cadeirantes, ou se há obstáculos que impeçam alguém que tenha deficiência visual de se locomover. Dá para se pensar no grau de humilhação que sofre aquele que tem de ser carregado por colegas pelas escadas em lugares que não haja elevadores ou rampas; ou daquele que depende de outros para poder caminhar seguramente, como pode ser o caso de algumas pessoas com deficiência visual. Igualmente pode-se imaginar o sofrimento de quem, por ter deficiência auditiva, não consegue entender o que o professor diz por meio de leitura labial, uma vez que esse, quando escreve na lousa, dá as costas aos alunos.

Não bastam adaptações arquitetônicas e atitudes favoráveis dos que convivem na escola ou no trabalho com as pessoas que têm deficiência para que essas não sofram preconceito, mas a ausência dessas adaptações e atitudes indica uma negligência, uma indiferença, que já é ofensiva a quem é esquecido; esse tipo de negligência é uma forma de preconceito expresso pela frieza das relações existentes.

#### Frieza: Negação da Identificação

Se a identificação pode ser definida como a busca do universal no particular, a sua negação diz respeito a esse universal: o outro não é reconhecido em sua humanidade. Mas essa negação é ilusória, pois claramente o que há de humano pode ser reconhecido em todas as pessoas; quem nega a identificação tem de forçar o desconhecimento de que algo em si mesmo é comum ao outro e vice-versa. Tal negação deve ter sua base em processos cognitivos, perceptivos e na sensibilidade: o que tem a identificação negada deve ser excluído do conceito, da percepção e de nossos afetos. Se antes foi discutida a noção de exclusão no sentido social, agora ela aparece no campo pessoal. A exclusão do outro em nossa psique só pode ocorrer por que antes teve presen-

ça: o esquecido para ser mantido fora da consciência precisa de força suplementar para não ser lembrado; ser frio, no entanto, é esquecer, a frieza necessita de esforço, não é simplesmente a ausência da experiência, mas sua negação: algo que o outro evoca e que não deve ser lembrado. Para alguns, não basta ter identificações negadas – odiar ou aceitar exageradamente quem apresenta algo que desejam ou temem – é necessário negar a existência de qualquer sentimento em relação àqueles com os quais a identificação traria sofrimento.

Walter Benjamin (1989) diferencia experiência de vivência. A primeira diz respeito a algo que deixa marcas, a última não. A lembrança faz parte da experiência que não pode fazer parte do progresso: tudo se deve esquecer para que a produtividade, a eficiência, não sejam atrapalhadas. Faz, por meio de Theodor Reik, a distinção entre memória e lembrança; a primeira organiza, a última destrói, desorganiza, mas ao fazer isso traz de volta o que efetivamente teve importância para o indivíduo. Isso significa que para que a negação da identificação ocorra, antes teve de existir identificações que foram negadas. Algo que o outro expressava de igualdade do desejo ou de temor teve de ser negado. O homossexual pode suscitar o desejo homossexual do outro, que tem de fortalecer a repressão anterior; o idoso pode suscitar a sensação de fragilidade, de dependência dos outros, que também deve ser reprimida, dado o incentivo cultural para que sejamos fortes e autônomos. A pessoa com deficiência pode suscitar o mesmo que o idoso: a fragilidade e a dependência. Desse modo, o preconceito pode ser associado à vivência – uma experiência que não deixa marcas – e a recordação, como experiência propriamente dita, pode ser atrelada à superação do preconceito.

Assim, como hipótese, poderia se afirmar que as identificações negadas, cujos desejos e temores

que representam não são recordados, tendem a ser substituídas pela negação de identificações, pela frieza, propiciadas pela vivência, que fortalece o esquecimento. O preconceito, dessa forma, poderia ser expresso por uma compensação exagerada do que se sente em relação a alguém: tenta-se defender, proteger, quem se pretende destruir ou por hostilidades devidas a essas identificações negadas ou pela frieza resultante da negação das identificações.

Quanto à inclusão, poderíamos dizer que o primeiro tipo de preconceito – compensação do desejo de exclusão – seria uma inclusão sombreada pela exclusão; o segundo tipo – a hostilidade – pregaria a exclusão, para fortalecer a exclusão dos próprios desejos e temores do preconceituoso; e o terceiro tipo – a frieza – implicaria a pior forma de exclusão, pois se negaria presença ao que está presente.

#### Hipótese do Contato e Tipos de Personalidade Autoritária

A luta contra os manicômios, contra as escolas especiais e contra as classes especiais tenta evitar a segregação espacial e promover a convivência; diminuiu a segregação física com a esperança de que a convivência entre a população e aqueles que eram segregados pudesse demolir os tabus, os preconceitos. De fato, há estudos que testam a hipótese do contato (ver CROCHÍK, 2000). Essa teoria defende que o contato entre o preconceituoso e seu alvo, em condições adequadas, poderia diminuir ou eliminar o preconceito. Alguns estudos indicam que de fato isso ocorre, outros não. Isso já mostra que não basta derrubar os muros que segregam para eliminar o preconceito; são necessárias também condições favoráveis para isso. Se ao preconceituoso, no entanto, falta a possibilidade da experiência, o mero contato com o outro, mesmo em condições favoráveis, pode não ser suficiente.

O estudo sobre a personalidade autoritária, desenvolvido por Theodor W. Adorno *et al.* (1950) na década de 1940, mostra que há diversos tipos de preconceituosos, que expressam maior ou menor dificuldade de se relacionar, de ter contato e experiência com os outros. Adorno definiu seis tipos de preconceituosos e cinco tipos de não preconceituosos. Entre os primeiros, encontram-se indivíduos que desenvolvem preconceitos para justificar uma situação ruim pela qual passam ou para ser aceitos em determinados grupos; esses tipos são suscetíveis a argumentos, os preconceitos não estão arraigados. Já o tipo denominado autoritário não é suscetível a argumentos e à experiência; é o que ilustra o que acima desenvolvemos acerca das identificações negadas. Ele possui uma consciência moral rígida não plenamente incorporada; essa consciência é quase que externa a ele, age como se ditasse mandamentos que não são refletidos. Como essa consciência representa o pai amado e odiado, deve segui-la para evitar perder o seu amor e evitar seu ódio; para resolver a questão da ambivalência de afetos, separa-os: conscientemente admira seu pai – a autoridade –, inconscientemente o detesta por impedir que realize alguns desejos, que são projetados sobre grupos que passa a perseguir para deles se proteger. Outro tipo foi nomeado ‘manipulador’; é descrito como aquele que desviou a possibilidade de ter prazer na relação com os outros para o ‘fazer coisas’; transforma a todos, inclusive a si mesmo, em objeto a ser manipulado. Esse tipo é propício ao que discutíamos antes sobre a frieza, ele nega qualquer forma de identificação.

O preconceituoso que inverte seus sentimentos em relação a seu alvo não se encontra entre os tipos descritos por Adorno como preconceituosos, mas em um que seria não preconceituoso, segundo as escalas utilizadas. Esse tipo, avesso à violência, à discriminação, não é propício à experiência: prega

que todos são iguais, que o amor é universal. Aqui devemos lembrar a crítica de Sigmund Freud (1986) sobre o amor universal: nem todos são dignos de amor, além do que, se amarmos igualmente a todos, aqueles que merecem o nosso amor serão injustiçados pela pequena parte que lhes caberá. Dentro de nossa discussão, devemos acentuar que o amor é uma experiência particular que não pode ser idealizada como o amor ao distante. Podemos e devemos condenar ações bárbaras contra pessoas e povos que não conhecemos pessoalmente, mas devemos fazer isso, não por amor, e sim pela possibilidade da universalização da civilidade e do que é civilizado. Devemos lutar por uma sociedade racional, que regule as relações entre todos, mas isso não significa o amor universal. Enfim, nesse tipo, a experiência é evitada pela negação das diferenciações individuais. Dessa maneira, mesmo pessoas que, aparentemente, são favoráveis e defendem alvos de preconceitos podem ser preconceituosas, quer por ter dificuldades nas relações pessoais, quer por negar os sentimentos que têm contra seus alvos e que são contrários aos ideais que difundem.

Voltando à teoria da hipótese do contato, podemos dizer que, quando o preconceito não é devido a defesas psicológicas, quando é superficial, o contato e a experiência podem bastar para eliminá-lo; quando funciona como um mecanismo de defesa psíquica que torna o indivíduo refratário à experiência, somente o contato não é suficiente. Por isso, ao derrubar os muros dos hospitais psiquiátricos, das escolas especiais, pode passar a existir ou continuar a haver uma forma de segregação simbólica ou de marginalização.

### Segregação e Marginalização

O preconceito é, usualmente, definido como uma atitude, cuja ação correspondente é a discrimi-

nação. A discriminação, por sua vez, entre outras formas de manifestação, se apresenta na segregação e na marginalização. A segregação significa separação real ou imaginária de alguém ou de um grupo da maioria ou de outros grupos; a marginalização implica pôr esse alguém ou grupo na beira. O segregado não faz parte; o marginalizado o faz de maneira precária. Certamente há segregação na marginalização, mas isso ocorre não criando um abismo entre grupos. Somente para ilustrar: a classe trabalhadora é segregada da posse de bens de produção e é marginal quanto ao consumo. Dentro da discussão da educação inclusiva, pode-se pensar que os alunos que não têm bom desempenho acadêmico podem estar, pelos critérios acadêmicos, à margem do sistema, mas estão nele – a margem faz parte do rio, no que o delimita; já alunos com deficiência intelectual, quando são avaliados por critérios distintos dos demais, são segregados (o que não significa que a avaliação não possa ser adaptada para um grau de dificuldade mais adequado). Da perspectiva da inclusão, é melhor ser marginalizado, ainda que nem de longe isso signifique inclusão.

Retomamos, dessa forma, a discussão sobre a relação entre inclusão e exclusão. Parece haver inclusão marginal e exclusão. A primeira ocorre quando a inclusão é precária: as condições limitadas do exercício da cidadania quase que a invalidam; na segregação, essas condições, em boa parte, não são dadas. Da perspectiva inversa, pode-se dizer que aos segregados não se dá o reconhecimento de pertença ao mesmo grupo; na marginalização, esse reconhecimento é acompanhado da desconfiança de se é merecedor ou não desse reconhecimento. Em relação ao segregado, parece haver o que nomeamos de negação de identificação – *pertence à outra espécie* –; quanto ao marginalizado, parece haver a hostilidade própria da identificação negada.

Apesar disso, a inclusão social vem se amplian-



do nos últimos tempos. Claro que o preconceito presente nas discriminações pessoais ou institucionais é contrário a ela. Verificamos que ele pode se manifestar de várias maneiras. Se a experiência é seu antídoto, é para as condições dessa que devemos nos voltar.

### Formação e Experiência

A formação tem como objetivo a diferenciação individual. Por meio dela, deveríamos ser capazes de expressar nossas diferenças, que só se tornam tais quando nomeadas: são natureza que ganham voz. Para que as inúmeras experiências possam ser expressas, é necessário que o vocabulário seja amplo; cada vocábulo indica uma experiência distinta. Assim, quanto mais uma cultura permite a seus indivíduos se expressarem, mais esses se diferenciam. Ocorre que nossa cultura, apesar de ter um acervo linguístico considerável, o restringe ao que pode ser entendido por muitos, reduzindo também a possibilidade de enunciar experiências e, portanto, diferenciar os indivíduos.

O indivíduo diferenciado é o que não precisa desenvolver preconceitos, pois se aproxima do universal por meio de experiências particulares; assim, se há concepções e conhecimentos que são anteriores ao contato com os outros, essas concepções e conhecimentos não reduzem esses outros a eles; conceitos preexistentes não são necessariamente preconceitos, só o são quando não se modificam após o contato com o objeto. Preconceito é a fixação de conceitos prévios que impedem a experiência.

O indivíduo se constitui por meio de experiências que não podem prescindir de continuidade e de referencial social e cultural estável nos quais podem se sustentar. Nessa continuidade, o passado sempre se atualiza – torna-se atual – e, portanto, se modifica; a ideia de que o passado pode ser recupe-

rado tal como aconteceu não é verdadeira, o que não implica que ele tenha sido produto da fantasia ou da ilusão. O passado, no que se refere à experiência, deixa marcas no indivíduo. Essas marcas podem ser atualizadas constantemente, desde que confirmadas na experiência simultaneamente individual e coletiva, como era antes do surgimento das grandes cidades expositoras de mercadorias. O calendário, segundo Walter Benjamin (1989), unificava, nas festas, a experiência individual e coletiva. A tradição deveria ter sua base nisso e não seria aprisionante desde que não impedisse o que contraria seus cultos.

Com as grandes cidades, a continuidade é ameaçada pela mudança constante dos estímulos que obedecem a um tempo e a um espaço externos ao homem, mas propícios à produção. Os indivíduos passam sem deixar vestígios; a imensa estimulação não permite que seja elaborada de forma a possibilitar a continuidade da experiência. Na grande cidade, devemos sempre começar de novo: nada nos é conhecido, tudo é apropriado por técnicas. O que faz sentido, o que marca o indivíduo, não convive mais na consciência com o que é necessário para a adaptação.

A experiência se torna, conforme dito antes, vivência, experiência empobrecida. Os sentidos ficam amortecidos e é necessária uma estimulação cada vez mais intensa para que a atenção possa ser despertada. É isso que Charles Baudelaire, segundo Walter Benjamin (1989), tentou por meio de seus choques contidos em seus poemas sobre as flores do mal. Marcel Proust (2006), por sua vez, localizou a experiência na memória involuntária e propôs diversos exercícios para recuperá-la. Sigmund Freud (1975) encontrou a experiência no contraste entre o consciente e o inconsciente. No século XIX, dessa forma, havia algo a ser recordado que se mostraria contínuo por meio de outro tempo que não o

do relógio, mas o do aperfeiçoamento da recordação e da compreensão.

Frente aos horrores que o século XX assistiu e que continuamos a assistir, cabe pensar na seguinte alternativa: há ainda algo que possa ser recordado ou, como insiste Theodor W. Adorno (1996), há uma consciência contraditória que nos indica claramente o que deveríamos defender e a resistência a isso devido às ameaças à autoconservação. Se não é quase mais possível a continuidade em nossos dias, se é difícil nomear o horror existente, se é difícil defender o que é universal – a possibilidade de expressar diferentemente o que é humano –, resta a crítica à situação que impede a experiência. Se é difícil a identificação com as pessoas que conhecemos, tendemos a nos fechar nos pequenos grupos que nos acolhem; a segregação desses pequenos grupos entre si promove o estranhamento; talvez as identificações entre as pessoas nesses pequenos grupos pudessem servir de modelo para as outras identificações, tal como Sigmund Freud (1986) entendia que acontece para que a cultura se expanda. Mas se esses grupos tendem a se fechar é porque são ameaçados, e são ameaçados para continuarem a lutar por interesses que não são os seus, mas daqueles que se beneficiam da sua exploração. O isolamento do indivíduo, ou dos pequenos grupos, promovido pela formação burguesa não é um efeito colateral, mas produto necessário.

Conforme já discutido, a identificação com os outros não é incentivada ao longo da formação: a expressão ‘seja você mesmo’ é repetida frequentemente. Mas se só somos por meio dos outros, ao negar a identificação negamos a nós mesmos: o auge da socialização burguesa é a solidão, o não reconhecimento de sentido em nada que exista. Isso é coerente com uma sociedade que retira o sentido de tudo: a solidão neste sentido é crítica, indica a resistência a ter de participar. A participação,

dessa forma, mesmo que aparentemente progressiva e crítica, pode ser o seu oposto. “Só há esperança nos desesperados”, nos diz Walter Benjamin. Alguém que ainda nutra alguma esperança nesta sociedade trai a confiança necessária à constituição da humanidade, possível em outra forma de sociedade que prescindida da exploração entre os homens.

Se é assim, a inclusão, que deve continuar a ser promovida e defendida, também encontra seus limites. Ao contrário do que argumenta José de Souza Martins, não é a inclusão que é marginal, pois, todos nós estamos à margem sem nunca sermos incluídos. Não reconhecemos esta sociedade como nossa; não nos reconhecemos nela mas na imagem de liberdade, felicidade, justiça e paz que ela também promete. A imagem que Narciso viu no lago era um ‘si mesmo’ oscilante, mas vivo, em contraste com as regras que não compartilhava. A oscilação e a dúvida são o nascedouro da experiência; a pergunta das crianças que se repete e nunca se responde guia a curiosidade para o que não conhecemos. São elas – a oscilação, a dúvida e a pergunta – que podem reestabelecer a experiência por negar a certeza do preconceito.

#### NOTA

1 Como é o caso do preconceito racial ou étnico, fundamentado por características físicas ou fenotípicas supostamente herdadas de indivíduos ou grupos (ALLPORT, 1954).

#### REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. “Los Tabús sexuales y el Derecho hoy” in ADORNO, Theodor. *Intervenciones*. (R. J. Vernengo, trad.). Caracas: Monte Ávila, 1969, p. 91-115.

- \_\_\_\_\_. *Minima Moralia*. Caracas: Monte Avila, 1975.
- \_\_\_\_\_. “De la relación entre sociología y psicología” in ADORNO, Theodor. *Actualidad de la filosofía*. (Jose L. A. Tamayo, trad.). Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica S.A., 1991, 135-204.
- \_\_\_\_\_. *Introducción a la Sociología* (E. R. López, trad.). Barcelona: Gedisa, 1996.
- \_\_\_\_\_. “Teoría de la pseudocultura” in ADORNO, Theodor. *Escritos Sociológicos I*, obra completa, 8 (A. G. Ruiz, trad.). Madrid: Ediciones Akal, S.A., 2004, p. 39-78.
- \_\_\_\_\_; SIMPSON, George. (1986). “Sobre música popular” in ADORNO, Theodor. *Sociología*. São Paulo: Ática, 1986, p. 115-146.
- \_\_\_\_\_, FRENKEL-BRUNSWIK, E.; LEVISON, D. J.; SANFORD, R. N. (eds.). *The Authoritarian Personality*, Studies in Prejudice Series, New York: Harper & Brothers, Copyright American Jewish Committee, 1950.
- ALLPORT, Gordon Willard. *The nature of prejudice*. 3a. ed. Wokingham: Addison-Wesley, 1954.
- ARENDT, Hannah *As origens do totalitarismo: antissemitismo, instrumento do poder*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1979.
- BENJAMIN, Walter. “Sobre alguns temas em Baudelaire” in BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: Um lírico no auge do capitalismo*. (J. M. Barbosa & H. A. Baptista, trad.). São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 103-149.
- CROCHÍK, José L. Teoria Crítica da Sociedade e Estudos sobre o Preconceito. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v1, 2000, p. 67-99.
- \_\_\_\_\_. Manifestações de Preconceito em relação às etnias e aos deficientes. *Boletim de Psicologia*, São Paulo, v. LIII, n. 118, 2004, p. 89-108.
- FREUD, Sigmund. *O Ego e o ID*. Pequena Coleção das Obras de Freud. Rio de Janeiro, Imago, 1975.
- \_\_\_\_\_. “El malestar en la cultura” in BRAUSTEIN, Nestor. A. (org.). *A medio siglo de El malestar en la cultura de Sigmund Freud*. (Jose L. Etcheverry, trad.) México: Siglo Veintiuno, 1986, p. 22-116.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. *Dialética do Esclarecimento*. (G. A. de Almeida, trad.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
- MEERTENS, Roel; PETTIGREW, Thomas F. “Será o racismo subtil mesmo racismo?” in VALA, Jorge. (org.) *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*. Oeiras, Celta editora, 1999, p. 11-29.
- PROUST, Marcel. *No caminho de Swann*. (Mario Quintana, trad.). Rio de Janeiro: Globo, 2006.
- SAWAIA, Bader. “Introdução: exclusão ou inclusão perversa” in SAWAIA, Bader (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 6.a. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 7-13.